

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 30 de Junho de 2019

A MENSAGEM DA DIRETORIA

Dirigimo-nos à sociedade rio-grandense em geral e, em especial, aos empresários, produtores rurais e prefeitos municipais, que são os públicos relevantes do BADESUL Desenvolvimento S.A. – Agência de Fomento/RS, para transmitir-lhes o desempenho das operações e das finanças desta Instituição no primeiro semestre de 2019.

Iniciamos esta mensagem com a descrição resumida do atual quadro econômico nacional, ao abrigo da economia internacional e de forma extensiva à economia gaúcha. Logo em seguida, registramos as diretrizes estratégicas que, no período 2019-2023, irão nortear o apoio financeiro e institucional do Badesul ao desenvolvimento do Rio Grande do Sul, alinhadas com as políticas do Governo do Estado.

No que tange ao desempenho operacional e financeiro desta Agência de Fomento no primeiro semestre de 2019, informamos que o Badesul aprovou 88 novas operações de crédito e desembolsou R\$ 111,8 milhões para o financiamento de investimentos no Rio Grande do Sul, ao que se soma a integralização de R\$ 1,2 milhões em fundos de investimentos em participações. Este desembolso corresponde a acréscimo de 29%, em relação ao valor desembolsado em igual período de 2018. Com isso, o Saldo de Operações Ativas desta Instituição ascendeu a R\$ 2,1 bilhões em junho de 2019.

O resultado registrado pelo Badesul neste semestre foi de R\$ 24,6 milhões. Em decorrência, o Patrimônio Líquido de R\$ 733,5 milhões, com que esta Agência de Fomento encerrou o primeiro semestre de 2019, foi 3,68% superior ao montante de R\$ 707,4 milhões registrado no final do 1º semestre de 2018.

Adicionalmente, informamos a recondução da Diretoria, aprovada pelo Banco Central do Brasil, para os próximos dois anos. Asseguramos que as decisões à frente do Badesul nos próximos meses estarão focadas na execução operacional das diretrizes estratégicas de governo para o financiamento do desenvolvimento econômico e do turismo no Rio Grande do Sul, bem como para o projeto de digitalização desta instituição para seus clientes. Para superar os desafios do Badesul no seu planejamento estratégico, contamos com o compromisso e dedicação do corpo funcional, bem como dos Conselheiros de Administração e Fiscal, e sobretudo com a confiança do Governo do Estado e, especialmente, da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo.

Finalmente, agradecemos aos clientes e parceiros desta Instituição, que são a razão da sua existência, assim como estendemos nossa gratidão às fontes de recursos financeiros do Badesul, em especial ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), mas também à Caixa Econômica Federal (CEF), à Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e ao Ministério do Turismo.

A Diretoria

A SITUAÇÃO DA ECONOMIA

Economia Internacional

O PIB da economia mundial vem crescendo, nos últimos anos, com taxas pouco acima de 3,5% ao ano, com expectativa de redução desse ritmo em 2019 e de recuperação em 2020, principalmente resultante do desempenho das Economias em Desenvolvimento e dos Mercados Emergentes. O comércio mundial está em processo de desaceleração (tensões EUA-China, incertezas do Brexit, protecionismo, preços da energia). As taxas de inflação no mundo permanecerão baixas, em especial devido ao menor ritmo de aumento de preços nas Economias Avançadas.

Economia Brasileira

A economia do Brasil atravessou em 2017 e em 2018 períodos marcados por recuperação gradual e lenta da profunda recessão que sobre ela se abateu em 2015-2016. A inflação reduziu até abaixo do patamar inferior ao centro da sua meta e espera-se que permanecerá abaixo do centro dessa meta em 2019 e em 2020. Mas o desempenho ainda se manterá muito elevado em 2019 e em 2020, com lenta redução nos anos seguintes. Os juros básicos nominais da economia, que encerraram 2018 no patamar de 6,5% a.a., deverão cair ainda mais em 2019, esperando-se que a concomitante redução da taxa Selic real concorra, por si só, para estimular a economia, tendo em vista a limitação imposta pela restrição fiscal e desde que sem custos cambiais. Mesmo assim, espera-se crescimento ainda muito baixo do PIB em 2019, com moderada melhoria em 2020 e no quadriênio 2019-2022. Esta expectativa de crescimento moderado é fruto, de um lado positivo, da inflação dentro da sua meta e de situação cambial estável mais favorável às exportações e à produção interna. De um lado negativo, ainda será fruto da incerteza quanto ao equacionamento da grave situação fiscal do Brasil. Enfatiza-se que, enquanto não for resolvida, com o retorno a um sólido e sustentável superávit primário, esta fragilidade fiscal, iniciada no quadriênio 2011-2014 e aprofundada no quadriênio 2015-2018, continuará a ser obstáculo para um maior dinamismo da economia do Brasil.

A Economia do Rio Grande do Sul

Como decorrência do cenário referenciado para a economia brasileira, espera-se, que a economia do Rio Grande do Sul também apresente, em 2019, assim como ocorreu em 2018, lenta recuperação frente à recessão, mas, no quadriênio 2015-2018, ainda apresentará um desempenho médio anual negativo. No que se refere à indústria, principal setor da economia gaúcha que foi atingido pela recessão do Brasil e, mesmo antes, pela política cambial do país, o desafio que se coloca continua a ser a recuperação do que for possível em 2019 e nos anos vindouros, ao lado do estímulo à expansão de empresas e setores competitivos. Acrescenta-se, nessa linha, a necessidade de modernização dos setores tradicionais da economia do Rio Grande do Sul, ao lado do advento e expansão de atividades de conhecimento intensivo e de média e de alta tecnologia, com o fito de uma economia gaúcha renovar o dinamismo das suas fontes históricas de crescimento, melhorar o seu perfil tecnológico e sua produtividade, ao mesmo tempo em que dá vazão à capacidade empreendedora dos rio-grandenses. Quanto ao setor agropecuário, projeta-se a continuidade da sua importância para a sustentação do PIB do Rio Grande do Sul, para o que é imprescindível a minimização dos efeitos de estiagens, mediante a continuidade dos investimentos em acumulação de água, irrigação, conservação de solos

e produtividade. No que tange aos serviços, que detêm a maior participação na formação do valor agregado da economia do RS, o seu dinamismo vincula-se ao comportamento dos demais setores. Neste aspecto, enquanto se mantém a fragilidade das finanças públicas estaduais, o setor público rio-grandense continuará a ser um freio ao crescimento no médio prazo e ao próprio desenvolvimento do Rio Grande do Sul, de forma tão ou mais grave, do que ocorre na esfera federal.

O GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – MAPA ESTRATÉGICO

As diretrizes que devem orientar as ações do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, gestão 2019-2023 encontram-se definidas no seu Mapa Estratégico, cujo objetivo geral é:

- **Evolução sem ruptura, que supere o discurso da crise e recupere a esperança e a autoestima, que leve o RS para um novo patamar de competitividade, tirando o estado da era analógica rumo à era digital para retomar o crescimento econômico e promover o desenvolvimento social.**

A execução desse objetivo de governo está amparada em quatro eixos de desenvolvimento:

- Estado Sustentável;
- Governança e Gestão;
- Desenvolvimento Empreendedor;
- Sociedade com Qualidade de Vida.

O BADESUL - DIRETRIZES PRIORITÁRIAS 2019-2023

Na qualidade de Agência de Fomento do Governo do Estado para a execução das suas prioridades de desenvolvimento do Rio Grande do Sul, o Badesul, em 2019-2023, pautará a sua atuação operacional e institucional conforme a Política de Desenvolvimento do Governo do Estado.

Os temas transversais que irão perpassar as definições estratégicas relacionadas são: inovação tecnológica; sustentabilidade (eficiência em energia, no uso da água, no uso de insumos e na reciclagem de resíduos, em especial); aumento da produtividade; surgimento e consolidação de empresas de base tecnológica; parcerias público-privadas; criação de competências; modernização de gestão e *upgrade* de políticas públicas.

Os instrumentos mobilizados à execução das estratégias e prioridades descritas são os produtos e serviços que definem as áreas de negócios do Badesul, cuja atuação operacional em 2019-2023 será pautada por programas e ações ditadas pelas suas estratégias e temas prioritários.

O BADESUL – PERFIL INSTITUCIONAL

O BADESUL Desenvolvimento S.A. – Agência de Fomento/RS é uma sociedade anônima de economia mista de capital fechado, cujo controle acionário é do Estado do Rio Grande do Sul, o qual possui 99,99% do seu Capital Social, totalmente integralizado e representado por ações ordinárias nominativas.

O Badesul é uma Instituição financeira constituída como Agência de Fomento, na forma dada pela Resolução nº 2.828 do Conselho Monetário Nacional, dedicada ao financiamento e à promoção de investimentos voltados ao desenvolvimento econômico e social do Rio Grande do Sul, cujo território delimita a área geográfica de atuação da Instituição.

O Badesul se relaciona com o Governo do Estado do Rio Grande do Sul mediante a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo, à qual se vincula como Instituição Financeira da Administração Direta do Poder Executivo Estadual.

Os produtos e serviços operados pelo Badesul, com seus públicos relevantes, são os seguintes:

- a) Crédito Empresarial:** Empresas Industriais e de Serviços.
- b) Crédito Público:** Prefeituras Municipais.
- c) Crédito Rural:** Produtores Agropecuários, Agroindústrias.
- d) Crédito à Inovação:** Empresas Inovadoras.
- e) Participações:** Fundos de Investimento Privados.
- f) Serviços:** Governo do Estado e Fundos Públicos Estaduais.

Os produtos financeiros operados pelo Badesul correspondem, essencialmente, às linhas de crédito e programas de financiamento oferecidos pelo Sistema BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). Subsidiariamente, o Badesul capta recursos da CEF (Caixa Econômica Federal), Ministério do Turismo e da FINEP – Inovação e Pesquisa, assim como opera com recursos próprios, dentre outras formas, mediante destaque de capital, para o crédito a investimentos públicos municipais.

O BADESUL – OPERAÇÕES, RISCOS E FINANÇAS

Operações Contratadas

Os valores das operações contratadas no primeiro semestre de 2019 são dispostos na tabela que se segue, conforme as áreas de crédito e referenciadas ao Rio Grande do Sul como um todo.

Valor das Operações de Crédito Contratadas pelo Badesul por Áreas de Negócios. Valor em R\$ mil nominais.

Badesul – Áreas de Negócios	Valor 2019 (até junho)	Valor 2018 (até junho)	Varição %
Fomento Público	73.355	53.043	38,3
Rural e Agroindustrial	31.213	45.980	(32,1)
Empresarial	58.410	22.054	164,8
Total Geral	162.978	121.077	34,6

Fonte: Badesul.

Destques Operacionais

• **Dinamização de Economias de Cidades e Regiões.** As operações de crédito desembolsadas pelo Badesul à realização de investimentos nos primeiros seis meses de 2019 também atenderam ao propósito de apoiar as regiões da geografia rio-grandense, o que se comprova pela tabela que se segue, a qual apresenta as 10 (dez) principais regiões apoiadas.

Desembolsos por principais Regiões dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento Apoiadas pelo Badesul. Valores em R\$ mil

Regiões dos COREDES	Principal Município	Valor 2019 (até junho)	Valor 2018 (até junho)
Metropolitano Delta do Jacuí	Porto Alegre	12.629	22.638
Serra	Caxias do Sul	11.570	5.316
Missoes	Santo Ângelo	10.614	7.363
Medio Alto Uruguaí	Frederico Westphalen	9.038	4.167
Fronteira Oeste	Uruguiana	7.279	6.684
Noroeste Colonial	Ijuí	5.915	3.286
Hortensias	Nova Petrópolis	5.820	3.869
Vale do Taquari	Lajeado	5.150	1.094
Vale do Rio dos Sinos	Novo Hamburgo	5.025	5.091
Nordeste	Lagoa Vermelha	4.910	39
Total Parcial		77.951	59.547
Total Geral RS		111.594	86.505

Fonte: Badesul.

Faz-se também destaque às cidades apoiadas mediante o desembolso de R\$ 42,1 milhões em 2019 (até junho), para a execução de investimentos públicos projetados por prefeituras municipais do RS e ligados à infraestrutura urbana e industrial, à educação, à aquisição de máquinas rodoviárias, à execução de instalações públicas e à modernização da gestão.

• **Alavancagem da Infraestrutura Estadual.** O Badesul desembolsou R\$ 66,4 milhões voltados à realização de investimentos em infraestrutura de suporte ao desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul, com destaque para a produção e transmissão de energia e à logística.

Saldo de Operações Ativas

O Badesul encerrou o primeiro semestre de 2019 com Saldo de Operações Ativas de R\$ 2,1 bilhões, correspondente a 6.356 CFAs (Contas Financeiras Ativas) e a 2.731 clientes.

Gestão de Riscos

Observa-se que 83,6% do valor do Saldo de Operações Ativas registrado pelo BADESUL ao findar do primeiro semestre de 2019 corresponde a operações de crédito de curso normal, isto é, com classificação de risco (*rating*) desde AA até C.

Patrimônio Líquido e Liqueidez Financeira

O Patrimônio Líquido do Badesul alcançou, ao final do primeiro semestre de 2019, o valor de R\$ 733,5 milhões. A aplicação dos recursos próprios desta Instituição em Títulos e Valores Mobiliários (TVM) somou R\$ 659,2 milhões ao final do mês de junho deste exercício, excludos os recursos de propriedade dos Fundos Administrados, o que evidencia o elevado grau de liquidez desta Agência de Fomento.

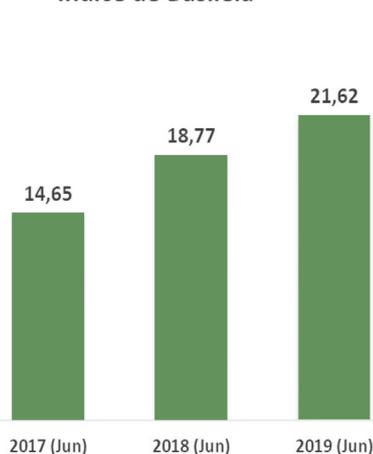
Gestão de Fundos Estaduais e Capitalização pelo Fundopem/RS

Como prestador de serviços ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul, o Badesul executa a gestão financeira de fundos estaduais ligados à promoção do desenvolvimento da economia gaúcha. Estes serviços, inclusive, estendem-se além do controle financeiro, na medida em que o Badesul também presta apoio à contratação e ao repasse de recursos, em especial a conta do FEAPER (Fundo Estadual de Apoio aos Pequenos Empreendimentos Rurais) e do Funterra (Fundo de Terras do Estado do Rio Grande do Sul). Registra-se também que, em relação ao Fundopem/RS (Fundo Operação Empresa do Estado do Rio Grande do Sul), a Lei Estadual nº 11.916, de 02/06/2003, alterada pela Lei Estadual nº 13.708, de 06 de abril de 2011, estabeleceu autorização ao Poder Executivo para destinar ao aumento do capital social do Badesul o montante equivalente a 30% dos retornos das operações de financiamento do FUNDOPEM. Em 25 de setembro de 2015, foi publicada a Lei Estadual nº 14.744, a qual promoveu alteração na redação da Lei nº 11.916, antes referida, suprimindo o dispositivo autorizativo que havia para a realização de aumentos do capital social do Badesul mediante a utilização dos recursos dos retornos do FUNDOPEM. Resta pendente de capitalização o valor nominal de R\$ 28 milhões, valor aferido antes da promulgação da referida modificação de Lei.

Resultado

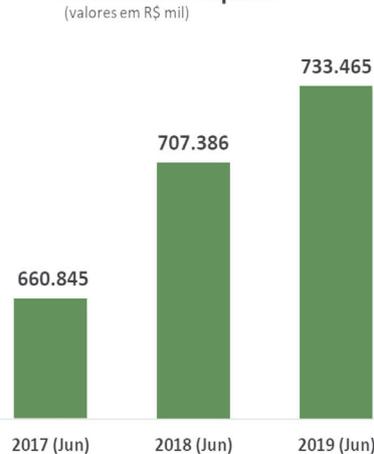
O Resultado da Instituição apresentou-se Positivo neste primeiro semestre de 2019 em R\$ 24,6 milhões.

Índice de Basileia



Patrimônio Líquido

(valores em R\$ mil)



Resultado Final do Período

(valores em R\$ mil)



Continuação



BADESUL Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS

CNPJ 02.885.855/0001-72 - NIRE 43 3 0003872 6

Rua General Andrade Neves, 175 - 18º andar - Centro - Porto Alegre - RS - CEP 90010-210

Fone: (51) 3284-5800 - Fax: (51) 3227-5050 - www.badesul.com.br - E-mail: badesul@badesul.com.br

Ouvidoria: 0800.642.5800 - ouvidoria@badesul.com.br



BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2019 E DE 2018 - (Em Milhares de Reais)

ATIVO			PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
	2019	2018	2019	2018
Circulante	1.183.530	1.252.948	Circulante	505.679
Disponibilidades (Nota 4)	1.792	2.058	Obrigações por repasses do país - instituições oficiais (Nota 13)	470.732
Títulos e valores mobiliários	659.186	677.714	BNDES	203.546
Carteira própria (Nota 5)	659.186	677.714	Caixa Econômica Federal	2.081
Operações de crédito (Nota 6)	423.256	484.978	FINAME	231.300
Operações de crédito	470.943	545.208	FINEP	3.156
Setor público	54.190	61.896	OUTRAS INSTITUIÇÕES	649
Setor privado	416.753	483.312	Outras obrigações	64.947
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	(47.687)	(60.230)	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	10
Outros créditos	98.948	88.089	Fiscais e previdenciárias (Nota 14)	14.247
Avais e fianças honradas (Nota 7)	-	1.218	Diversas	50.690
Rendas a receber (Nota 8)	6.620	4.663	Despesas de pessoal	4.051
Diversos	92.328	82.208	Outros pagamentos	764
Adiantamento e antecipações salariais	891	852	Passivos atuariais (Nota 17)	863
Adiantamento por nossa conta	6	10	Credores diversos (Nota 18)	45.012
Créditos tributários de impostos e contribuições (Nota 9)	89.086	76.499	Exigível a longo prazo	1.568.159
Devedores por Compra de Valores e Bens (Nota 10)	1.124	1.049	Obrigações por repasses do país - instituições oficiais (Nota 13)	1.492.234
Impostos e contribuições a compensar (Nota 11)	72	4.085	BNDES	782.645
Pagamentos a ressarcir	957	693	Caixa Econômica Federal	22.764
Devedores diversos no país	198	244	FINAME	650.167
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(6)	(1.224)	FINEP	21.830
Outros valores e bens	348	109	OUTRAS INSTITUIÇÕES	14.828
Outros valores e bens	347	108	Outras obrigações	75.925
Despesas antecipadas	1	1	Diversas	75.925
Realizável a longo prazo	1.596.020	1.871.974	Provisão para passivos contingentes (Nota 15)	62.112
Títulos e valores mobiliários	15.656	13.022	Provisão para garantias financeiras prestadas (Nota 16)	5.384
Carteira própria (Nota 5)	15.656	13.022	Passivos atuariais (Nota 17)	8.411
Operações de crédito (Nota 6)	1.396.658	1.656.211	Comissão sob carta fiança	18
Operações de crédito	1.589.057	1.809.694	Patrimônio líquido (Nota 19)	733.465
Setor público	115.874	90.325	Capital Social	756.343
Setor privado	1.473.183	1.719.369	De domiciliados no país	756.343
Provisão para operações de crédito e liquidação duvidosa	(192.399)	(153.483)	Ajuste de avaliação patrimonial	(3.054)
Outros créditos	183.706	202.741	Prejuízos acumulados	(19.824)
Rendas a receber (Nota 8)	150	195		
Diversos	183.556	202.546		
Créditos tributários de impostos e contribuições (Nota 9)	156.462	176.775		
Devedores por Compra de Valores e Bens (Nota 10)	-	1.049		
Devedores por depósitos em garantia (Nota 15d)	27.094	24.729		
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	-	(7)		
Permanente	27.753	28.845		
Imobilizado de uso (Nota 12)	27.422	28.845		
Imóveis de uso	35.074	35.074		
Outras imobilizações de uso	7.411	7.404		
Depreciação acumulada	(15.063)	(13.633)		
Intangível	331	-		
Outros ativos intangíveis	343	-		
Amortização acumulada de outros ativos intangíveis	(12)	-		
Total do Ativo	2.807.303	3.153.767	Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	2.807.303

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019 E DE 2018 (Em Milhares de Reais)

	2019	2018
Receitas da Intermediação financeira	139.765	131.138
Operações de crédito	119.305	108.540
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	20.460	22.598
Despesas da intermediação financeira	(82.908)	(110.707)
Operações de empréstimos e repasses	(37.507)	(47.648)
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	(45.401)	(63.059)
Resultado bruto da intermediação financeira	56.857	20.431
Outras receitas e despesas operacionais	(16.901)	(19.088)
Receitas da prestação de serviços	4.328	5.420
Rendas de tarifas bancárias	815	647
Despesas de pessoal	(16.614)	(16.146)
Outras despesas administrativas (Nota 22)	(7.333)	(9.129)
Despesas tributárias	(3.309)	(3.350)
Outras receitas operacionais (Nota 23)	9.805	12.961
Outras despesas operacionais (Nota 24)	(4.593)	(9.491)
Resultado operacional	39.956	1.343
Resultado não operacional	88	175
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	40.044	1.518
Imposto de renda e contribuição social (Notas 3k e 21)	(15.424)	15.828
Provisão para imposto de renda	(9.524)	(4.907)
Provisão para contribuição social	(5.862)	(4.057)
Ativo fiscal diferido	(38)	24.792
Lucro Líquido do período	24.620	17.346
Nº de Ações (Em milhares)	756.343	756.343
Lucro por Ação - R\$	32,55	22,93

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO) SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019 E DE 2018 (Em Milhares de Reais)

	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro do semestre antes da tributação e depois das participações	40.044	1.518
Ajuste do lucro líquido do semestre	43.631	62.113
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	44.717	61.081
Provisão/(Reversão) para desvalorização de títulos livres	676	(2)
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	684	1.978
Outras Provisões	(3.418)	(326)
Depreciação	728	715
Ajuste passivos atuariais	244	(1.333)
Resultado do semestre ajustado	83.675	63.631
Variações nos ativos e obrigações	(82.137)	(63.569)
Redução/(Aumento) em títulos e valores mobiliários	25.749	(17.571)
Redução em operações de crédito	114.998	129.973
Redução/(Aumento) em outros créditos	383	(3.305)
(Aumento)/Redução em outros valores e bens	(17)	9
(Redução)/Aumento em outras obrigações	(12.333)	6.705
(Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	(206.675)	(175.926)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(4.242)	(3.454)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	1.538	62
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição do imobilizado de uso	(219)	(53)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(219)	(53)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	1.319	9
Modificações na posição de caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)		
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	473	2.049
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre	1.792	2.058
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	1.319	9

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019 E DE 2018 (Em Milhares de Reais)

	Capital realizado	Reservas de lucros		Ajuste de avaliação patrimonial	Total
		Legal	Reservas especiais - outras		
Saldos em 01 de janeiro de 2018	756.343	-	-	(4.458)	689.919
Ajuste Passivo diferido sobre Passivo Atuarial	-	-	-	121	121
Lucro do Semestre	-	-	-	-	17.346
Saldos em 30 de junho de 2018	756.343	-	-	(4.337)	707.386
Mutações do exercício	-	-	-	121	17.467
Saldos em 01 de janeiro de 2019	756.343	-	-	(3.054)	708.845
Lucro do semestre	-	-	-	-	24.620
Saldos em 30 de junho de 2019	756.343	-	-	(3.054)	733.465
Mutações do exercício	-	-	-	-	24.620

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Continua

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - (Em Milhares de Reais)
1. Contexto operacional

O Badesul Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS ("Badesul") é uma Instituição Financeira de capital fechado, constituída sob a forma de sociedade anônima de economia mista, autorizada pela Lei Estadual nº 10.959, de 27 de maio de 1997, alterada pela Lei Estadual nº 11.105, de 22 de janeiro de 1998 e pela Lei Estadual nº 13.864, de 28 de dezembro de 2011. Teve seu funcionamento autorizado pelo Banco Central do Brasil em 07 de dezembro de 1998. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 03 de abril de 2012 foi aprovada a alteração da razão social de Caixa Estadual S.A. - Agência de Fomento/RS para Badesul Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS. O Banco Central do Brasil homologou essa alteração em 31 de maio de 2012 e o seu registro na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul ocorreu em 03/07/2012.

O Badesul é regido pela Resolução CMN nº 2.828, de 30 de março de 2001, alterada pelas Resoluções CMN nº 3.757 de 01 de julho de 2009, nº 3.834 de 28 de janeiro de 2010 e nº 4.023 de 27 de outubro de 2011. A função precípua do Badesul é fomentar o desenvolvimento econômico e social do Estado do Rio Grande do Sul, através da oferta de soluções financeiras e não financeiras ao desenvolvimento dos setores público e privado.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações associadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil - BACEN e do Conselho Monetário Nacional - CMN.

A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Banco Central do Brasil.

Em 08 de agosto de 2019 a Diretoria Executiva aprovou as presentes demonstrações financeiras.

3. Resumo das principais práticas contábeis
a. Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devam ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério "pro rata die" e calculadas com base no modelo exponencial. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do Balanço.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações financeiras, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

c. Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e cotas de fundos de investimento, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustado a seu valor de mercado à provisão para perdas ou desvalorizações, quando aplicável.

As agências de fomento estão dispensadas da aplicação da Circular BACEN nº 3.066 de 6 de novembro de 2001.

d. Operações de crédito

Estão demonstradas o custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções CMN nº 2.682 de 21 de dezembro de 1999 e nº 2.697 de 24 de fevereiro de 2000.

A atualização das operações de crédito vencidas em até 59 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 60º dia, em rendas a apropriar. As atualizações de operações em recuperação judicial, após o registro de acordo originado de plano de recuperação homologado por juiz, são contabilizadas em rendas a apropriar até seu efetivo recebimento, quando serão levadas a resultado como receitas de operações de crédito. As operações classificadas como *rating "H"* permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação, não mais figurando no Balanço Patrimonial.

Os riscos das operações ativas renegociadas são definidos conforme critério da Resolução CMN 2.682, de 21 de dezembro de 1999, ou seja, permanecem no *rating* que se encontravam antes da renegociação e as renegociações de operações de crédito que foram anteriormente baixadas contra a provisão, que estavam em contas de compensação, são classificadas como *rating "H"*. Eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

e. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa está constituída conforme determinações das Resoluções CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999 e nº 2.697, de 24 de fevereiro de 2000.

É adotada a contagem em dobro dos prazos para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, conforme dispõe o parágrafo 2º, inciso II do Artº 4º da Resolução CMN nº 2.682.

As operações objeto de renegociação são mantidas, no mínimo, no mesmo nível de risco em que estiverem classificadas, observado que aquelas registradas com prejuízo devem ser classificadas como de risco nível "H" quando renegociadas. As operações renegociadas poderão ser reclassificadas para nível de menor risco após amortização significativa do saldo ou quando fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco.

f. Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias "pro rata die" incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

g. Imobilizado de uso

A Resolução CMN nº 4.535, publicada em 28 de novembro de 2016, que dispõe sobre os critérios de reconhecimento e registro contábil dos componentes do ativo imobilizado de uso, estabelece, entre outros procedimentos, a necessidade de revisão da vida útil dos ativos imobilizados de uso ao final de cada exercício ou sempre que houver alteração significativa nas estimativas anteriores. A depreciação deve corresponder ao valor depreciável dividido pela vida útil do ativo, calculada de forma linear, a partir do momento em que o bem estiver disponível para uso. Esta prática não substitui as regras vigentes para fins tributários, mantendo-se, portanto, controles para fins contábeis e fiscais de forma segregada.

As depreciações para fins fiscais foram mantidas, calculadas pelo método linear, com base nas taxas anuais de 4% para imóveis de uso, 10% para equipamentos de uso, 10% para sistema de comunicação, 20% para sistema de processamento de dados e 20% para veículo. Para fins contábeis a única diferença que se apurou refere-se à depreciação dos imóveis, cuja taxa anual é de 3,33% considerando que a vida útil desses bens fora avaliada em 30 anos.

h. Redução ao valor recuperável de ativo

O imobilizado e outros ativos não circulantes devem ser revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

i. Ativos e passivos em moeda estrangeira

Os ativos e passivos em moeda estrangeira foram convertidos para reais utilizando-se a taxa de câmbio divulgada pelo Banco Central do Brasil para a data do encerramento do período.

j. Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base "pro rata die" incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

k. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

São computados pela aplicação das alíquotas vigentes de 15% para a contribuição social e de 15% (mais adicional de 10% conforme legislação) para imposto de renda sobre o lucro tributável apurado no período, ajustado por diferenças permanentes e temporárias. No exercício de 2018, a alíquota de contribuição social aplicada era de 20%.

O ativo fiscal diferido, decorrente de imposto de renda e de contribuição social, é calculado mediante a aplicação das alíquotas vigentes na data das demonstrações financeiras sobre as diferenças temporárias e sobre os ganhos/perdas atuariais, o qual é registrado na rubrica Outros Créditos, em contrapartida do Resultado do Período, e, quando aplicável, em contrapartida ao patrimônio líquido.

Quando há alteração na legislação tributária é adotado o procedimento previsto no Circular nº 3.171, emitida pelo BACEN em 30 de dezembro de 2002, que determina que no caso de alteração da legislação tributária que modifique critérios e alíquotas a serem adotados em períodos futuros, os efeitos devem ser reconhecidos imediatamente com base nos critérios e alíquotas aplicáveis ao período em que cada parcela do ativo será realizada ou do passivo liquidada.

l. Passivo atuarial

O Badesul é patrocinador da FBS - Fundação Banrisul de Seguridade Social e da CABERGS - Caixa de Assistência dos Empregados do Banco do Estado do Rio Grande do Sul, respectivamente, asseguram a complementação dos benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus funcionários, conforme detalhamento constante na nota 17, bem como, oferece prêmio por aposentadoria segundo critérios estabelecidos em regulamento próprio. O reconhecimento contábil no Badesul segue as diretrizes contidas no Pronunciamento Técnico CPC nº 33 (R1) recepcionado pelo Banco Central do Brasil mediante a edição da Resolução CMN nº 4.424 e alterações posteriores conforme Norma Brasileira de Contabilidade - NBC TG 33 (R2).

A Administração do Badesul tem procedido a avaliações atuariais dos planos de benefícios pós-emprego em conformidade com a legislação vigente em cada período. As avaliações atuariais são elaboradas com base em premissas e projeções, taxas de juros, inflação, aumento de benefícios, expectativa de vida, etc. As avaliações são atualizadas em bases anuais ao final de cada exercício, e, quando necessário, em bases semestrais.

O plano de aposentadoria na modalidade benefício definido tem o custo da concessão dos benefícios determinados pelo Método da Unidade de Crédito Projetada, líquido dos ativos garantidores do plano.

O custeio dos benefícios concedidos pelos planos é estabelecido separadamente para cada plano, utilizando o método do crédito unitário projetado. Os custos de serviços passados são reconhecidos como despesa, de forma linear, ao longo do período médio até que os direitos dos benefícios sejam adquiridos. Se o direito aos benefícios já tiver sido adquirido, custos de serviços passados são reconhecidos imediatamente após a introdução de um plano de aposentadoria.

O ativo ou passivo do plano de benefício reconhecido nas demonstrações financeiras corresponde ao valor presente da obrigação pelo benefício definido (utilizando uma taxa de desconto com base em títulos de longo prazo do Governo Federal Brasileiro), menos custos de serviços passados e ganhos e perdas atuariais ainda não reconhecidos e menos o valor justo dos ativos do plano que serão utilizados para liquidar as obrigações.

Os ativos dos planos de previdência são mantidos por uma Entidade Fechada de Previdência Complementar - FBS e do Plano de Saúde pela CABERGS. Os ativos dos planos não estão disponíveis aos credores e não podem ser pagos diretamente ao Badesul. O valor justo se baseia em informações sobre preço de mercado e, no caso de títulos cotados, nas cotações existentes no mercado. O valor de qualquer ativo de benefício definido reconhecido é limitado à soma de qualquer custo de serviço passado ainda não reconhecido e ao valor presente de qualquer benefício econômico disponível na forma de reduções nas contribuições patronais futuras aos planos.

m. Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e as obrigações legais observam o Pronunciamento Técnico CPC nº 25, recepcionado pelo Banco Central do Brasil por meio da edição da Resolução CMN nº 3.823 em 16 de dezembro de 2009. Os principais critérios adotados são os seguintes:

(i) **Contingências ativas** - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando a existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

(ii) **Contingências passivas** - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem reconhecimento contábil nem divulgação.

n. Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. Pelo menos semestralmente é realizada revisão das estimativas e premissas.

o. Lucro/prejuízo por ação

O lucro/prejuízo líquido por ação é calculado em reais com base na quantidade de ações em circulação em 30 de junho de 2019 e de 2018.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Em 30 de junho de 2019, o caixa e equivalentes de caixa estavam assim compostos:

	2019	2018
Caixa	4	5
Depósitos bancários	1.788	2.053
Total	1.792	2.058

5. Títulos e valores mobiliários
a. Carteira própria - Composição

A carteira de aplicações em letras financeiras do tesouro e em fundos de renda fixa é administrada pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (BANRISUL). Do total aplicado em 30 de junho de 2019, o valor de R\$ 6.071 mil (R\$ 11.143 em 2018) refere-se aos recursos a serem repassados aos Fundos de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul, cuja obrigação está contabilizada conforme descrito na nota 18. A gestão financeira desses recursos é realizada pelo Badesul, conforme descrito na nota 27b.

	Curto Prazo		Longo Prazo	
	2019	2018	2019	2018
Letras Financeiras do Tesouro	630.947	657.751	-	-
Cotas de Fundos de Renda Fixa	28.292	20.105	-	-
Cotas de Fundos em Participações (i).....	-	-	15.656	13.022
(-) Provisão para desvalorização de títulos livres.....	(53)	(142)	-	-
Total	659.186	677.714	15.656	13.022

(i) São fundos mútuos de investimento em empresas emergentes e inovadoras destinados à aplicação em carteira diversificada de títulos e valores mobiliários de emissão dessas empresas, cujo prazo é de dez anos com período de maturação dos investimentos em torno de seis anos. Esses fundos são administrados por instituições privadas. As cotas destes fundos são avaliadas pelos valores divulgados pelo respectivo administrador na data base do Balanço. Em 30/06/19 essas aplicações estavam assim compostas:

Fundo	Instituição Administradora	Quantidade de Cotas Subscritas	Quantidade de Cotas Integralizadas	Saldo Contábil
CRP	CRP Companhia Empreendedor	10.000	5.426	9.029
CRIATEC II	De Participações Lions Trust Admin. de Recursos Ltda	10.000	7.164	4.646
CRIATEC III	Lions Trust Ltda de Recursos Ltda	10.000	2.936	1.981
Total		30.000	15.526	15.656

b. Carteira própria - Valor de mercado

	2019		2018	
	Valor Contábil	Valor de Mercado	Valor Contábil	Valor de Mercado
Letras Financeiras do Tesouro	630.894	630.894	657.609	657.609
Cotas de Fundos de Renda Fixa	28.292	28.292	20.105	20.105
Cotas de Fundos em Participações	15.656	15.656	13.022	16.003
Total	674.842	674.842	690.736	693.717

O valor de mercado, exceto para as cotas de fundos de investimento, é calculado com base em preços unitários disponibilizados pela Associação Brasileira das Entidades de Mercado Financeiro e de Capitais - ANBIMA para o mercado secundário desses títulos. Para as cotas de fundos de investimento financeiro o valor das aplicações é atualizado com base no valor da cota divulgada na CVM, já para os fundos de investimento em participações o valor de mercado é estimado com base no valor justo dos ativos investidos na proporção investida.

6. Operações de crédito
a. Composição por tipo de operação

	Curto Prazo		Longo Prazo	
	2019	2018	2019	2018
Empréstimos	13.424	-	45.845	-
Financiamentos	222.133	292.928	684.235	878.634
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	184.418	195.273	748.322	849.032
Financiamentos Infraestrutura e Desenvolvimento	50.968	57.007	110.655	82.028
Total	470.943	545.208	1.589.057	1.809.694

b. Composição da carteira por vencimento (parcelas)

	2019		2018	
	Vencidos	2019	Vencidos	2018
Vencidos		14.379	35.322	
Até 60 dias		5.125	8.808	
De 61 a 180 dias		3.445	17.506	
Acima de 180 dias		5.809	9.008	
Vincendas		2.045.621	2.319.580	
Até 180 dias		246.027	271.062	
De 181 a 360 dias		210.537	238.824	
Acima de 360 dias		1.589.057	1.809.694	
Total		2.060.000	2.354.902	

c. Composição da carteira por setor de atividade

	2019		2018	
	Sector Público Municipal	2019	Sector Público Municipal	2018
Administração Direta		170.663	152.220	
Outros Serviços		166.682	148.002	
Outros Serviços		3.381	4.218	
Sector Privado		1.889.937	2.202.682	
Pessoa Física		2.005	2.347	
Indústria		564.129	767.957	
Comércio		93.237	120.398	
Outros Serviços		297.827	267.674	
Rurais		932.739	1.044.306	
Total		2.060.000	2.354.902	

d. A composição da carteira de crédito está distribuída nos seguintes níveis de risco

Classificação nível	Total das operações de crédito		Provisão Resolução CMN/BACEN		Provisão adicional		Provisão total	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
de risco AA	409.944	19,90	-	-	-	-	-	-
A	648.709	31,49	3.244	0,5	-	-	3.244	0,50
B	468.549	22,75	4.685	1,0	-	-	4.685	1,00
C	195.907	9,51	5.877	3,0	-	-	5.877	3,00
D	76.715	3,72	7.672	10,0	-	-	7.672	10,00
E	43.706	2,12	13.112	30,0	-	-	13.112	30,00
F	12.092	0,59	6.046	50,0	-	-	6.046	50,00
G	16.427	0,80	11.499	70,0	-	-	11.499	70,00
H	187.951	9,12	187.951	100,00	-	-	187.951	100,00
Total	2.060.000	100,00	240.086				240.086	

Classificação nível	Total das operações de crédito		Provisão Resolução CMN/BACEN		Provisão adicional		Provisão total	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
AA	526.650	22,36	-	-	1.379	0,26	1.379	0,26
A	746.836	31,71	3.734	0,5	439	0,05	4.173	0,55
B	530.251	22,52	5.303	1,0	1.542	0,29	6.845	1,29
C	228.414	9,70	6.852	3,0	3.336	1,46	10.188	4,46
D	89.933	3,78	8.893	10,0	5.856	6,58	14.749	16,58
E	123.489	5,24	37.047	30,0	30.455	24,66	67.502	54,66
F	20.737	0,88	10.369	50,0	8.916	42,99	19.285	92,99
G	28.616	1,22	20.031	70,0	8.585	30,00	28.616	100,00
H	60.976	2,95	6					

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - (Em Milhares de Reais)

e. Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	2019	2018
Saldo Inicial.....	273.661	209.354
Adições / (Reversões) líquidas.....	44.717	61.081
Baixa por transferência a prejuízo.....	(78.292)	(56.722)
Saldo Final	240.086	213.713

Em 30 de junho de 2019 o saldo da provisão em relação à carteira de crédito equivale a 11,66% (9,08% em 2018).

f. Concentração dos maiores tomadores de crédito

	2019		2018	
	Valor	%Carteira	Valor	%Carteira
Maior	68.436	3,32	67.014	2,85
10 maiores seguintes	246.005	11,94	295.369	12,54
20 maiores seguintes	247.659	12,02	291.529	12,38
Demais	1.497.900	72,72	1.700.990	72,23
Total	2.060.000	100,00	2.354.902	100,00

g. Garantias

O Badesul detém, alternativamente ou cumulativamente, garantias reais de hipotecas e penhores, alienação fiduciária, avais e fianças, vinculação de recursos como reserva irrevogável de formas de pagamento provenientes de recebíveis, garantia complementar de fundos e quotas-parte de ICMS nas operações com prefeituras.

h. Valores baixados a prejuízo

No primeiro semestre de 2019 foi baixado a prejuízo o montante de R\$ 78.292 (R\$ 56.722 em 2018), em cumprimento ao que dispõe a Resolução CMN nº 2.682 de 21/12/1999, compreendendo as operações de crédito classificadas no nível de risco "H" por período superior a seis meses. O saldo acumulado, em 30 de junho de 2019, dessas operações baixadas a prejuízo e controladas pelo valor histórico em contas de compensação, está representado por R\$ 591.859 (R\$ 589.680 em 2018). No primeiro semestre de 2019 foi baixado o saldo de prejuízo o montante de R\$ 1.155 referente perda de valor contábil decorrente do registro de acordos em processos de recuperação judicial. As recuperações por recebimento e renegociação das operações de crédito baixadas a prejuízo foram reconhecidas como Receitas de Recuperação de Créditos e alingiram, no semestre, o montante de R\$ 43.221 (R\$ 25.210 em 2018).

7. Outros Créditos - Avais e fianças honrados

a. Composição do saldo

	2019	2018
Créditos por avais e fianças honradas	-	1.218
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa.....	-	(1.218)
Total	-	-

b. Movimentação da provisão para outros créditos de liquidação duvidosa

	2019	2018
Saldo Inicial	1.137	-
Adições / (Reversões) líquidas	686	1.979
Baixa por transferência a prejuízo.....	(1.823)	(761)
Total	1.218	-

c. Valores baixados a prejuízo

No primeiro semestre de 2019 foi baixado a prejuízo o montante de R\$ 1.823 (R\$ 761 em 2018), em cumprimento ao que dispõe a Resolução CMN nº 2.682 de 21/12/1999, compreendendo as cartas fianças honradas classificadas no nível de risco "H" por período superior a seis meses.

O saldo acumulado em 30 de junho de 2019 dessas cartas fianças honradas, baixadas a prejuízo e controladas pelo valor histórico em contas de compensação, está representado por R\$ 15.694 (R\$ 16.048 em 2018). No primeiro semestre de 2019, assim como em 2018, não houve recuperações de créditos baixados a prejuízo.

8. Rendas a receber

	Curto Prazo		Longo Prazo	
	2019	2018	2019	2018
Comissões por Coobrigações a Receber/Carta Fiança.....	1.401	1.567	150	195
Taxas de Administração de Fundos Estaduais de Desenvolvimento.....	5.219	3.096	-	-
Total	6.620	4.663	150	195

9. Créditos tributários de impostos e contribuições

A Administração do Badesul, tendo por base estudo técnico conforme requerido pelo Banco Central do Brasil, realiza reconhecimento de créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias. São reconhecidos créditos tributários decorrentes de provisão para crédito de liquidação duvidosa, de rendas de atraso de contratos de operações de crédito, de provisão para perdas decorrentes de ações trabalhistas, de passivos atuariais e de provisão para perdas decorrentes de garantias financeiras prestadas, todos passíveis de realização no período máximo de dez anos.

O reconhecimento contábil leva em consideração a realização provável desses créditos tributários a partir de resultados futuros projetados com base em premissas internas, que, devido às incertezas que permeiam projeções desta natureza, essas podem não se concretizar, por isso são realizadas revisões do estudo técnico semestralmente.

Foram reconhecidos os créditos tributários decorrentes das diferenças temporárias ligadas relevantes. Todos os procedimentos foram adotados conforme requisitos estabelecidos na Resolução CMN nº 3.059, de 30 de dezembro de 2002, alterada pela Resolução CMN nº 3.355, de 31 de março de 2006, e na Circular nº 3.171, de 30 de dezembro de 2002, incluindo a geração de lucros tributáveis em pelo menos três dos últimos cinco exercícios.

a. Composição do saldo dos créditos tributários

	Curto Prazo		Longo Prazo		Total
	2019	2018	2019	2018	
Ativo fiscal diferido - IRPJ.....	55.679	42.500	97.789	113.367	153.468
Ativo fiscal diferido - CSLL.....	33.407	33.999	58.673	63.408	92.080
Total	89.086	76.499	156.462	176.775	245.548

Os créditos tributários diferidos, apresentados em 30 de junho de 2019, são resultantes da aplicação das alíquotas fiscais sobre as diferenças temporárias da seguinte forma: 25% para o imposto de renda, e, para a contribuição social de 20% para o período de 2018 e de 15% a partir do exercício de 2019 considerando o disposto na Lei nº 13.169, de 06 de outubro de 2015.

b. Composição das diferenças temporárias e respectivos tributos

	2019		2018	
	Saldo projetado para realização em até dez anos	Créditos tributários IRPJ	Créditos tributários CSLL	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	412.675	103.169	61.901	
Rendas de atraso.....	125.160	31.290	18.773	
Provisão para perdas com ações trabalhistas.....	61.378	15.345	9.207	
Provisão para passivos atuariais.....	9.274	2.318	1.391	
Provisão para perdas com garantias financeiras prestadas	5.384	1.346	808	
Total	613.871	153.468	92.080	

2018

	Saldo projetado para realização em até dez anos	Créditos tributários IRPJ	Créditos tributários CSLL
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	451.163	112.791	71.035
Rendas de atraso	87.403	21.851	13.490
Provisão para perdas com ações trabalhistas.....	59.207	14.802	8.888
Provisão para passivos atuariais.....	12.550	3.137	1.916
Provisão para perdas com garantias financeiras prestadas.....	13.143	3.286	2.078
Total	623.466	155.867	97.407

c. Movimentação do saldo dos créditos tributários

	2019/1º Sem.			2018/1º Sem.		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Saldo Inicial.....	153.491	92.095	245.586	-	-	-
Adições	-	-	-	-	-	-
- Resultado	3.352	2.232	5.584	42.968	-	42.968
- Patrimônio Líquido	-	-	-	-	-	-
Exclusões/Baixas	-	-	-	-	-	-
- Resultado	(3.375)	(2.247)	(5.622)	(18.176)	-	(18.176)
Total	153.468	92.080	245.548	245.548	253.274	253.274

	2018/1º Sem.			2017/1º Sem.		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Saldo Inicial.....	137.413	90.948	228.361	-	-	-
Adições	-	-	-	-	-	-
- Resultado	28.476	14.492	42.968	-	-	-
- Patrimônio Líquido	76	45	121	-	-	-
Exclusões/Baixas	-	-	-	-	-	-
- Resultado	(10.098)	(8.078)	(18.176)	-	-	-
Total	155.867	97.407	253.274	253.274	255.167	255.167

d. Período estimado de realização dos créditos tributários reconhecidos

Ano de realização	Diferenças temporárias			Total
	IRPJ	CSLL	Total	
2019*	86.636	21.659	12.995	34.654
2020	136.081	34.020	20.412	54.432
2021	171.128	42.782	25.669	68.451
2022	79.903	19.976	11.895	31.961
Acima de 2023.....	140.123	35.031	21.019	56.050
Total	613.871	153.468	92.080	245.548

Ano de realização	Diferenças temporárias			Total
	IRPJ	CSLL	Total	
2019*	77.741	19.435	15.548	34.983
2019	146.358	36.589	21.954	58.543
2020	171.139	42.785	25.671	68.456
2021	121.299	30.325	18.195	48.520
Acima de 2022.....	106.929	26.733	16.039	42.772
Total	623.466	155.867	97.407	253.274

(*) Valores projetados para realização ao longo do segundo semestre.

e. Valor presente dos créditos tributários reconhecidos

De acordo com o estabelecido no inciso V do artigo 3º da Circular nº 3.171 emitida pelo Banco Central do Brasil, o valor presente dos créditos tributários, calculado considerando a taxa média de captação de 2,12%, está representado por R\$ 143.202 (R\$ 143.417 em junho/2018) referentes ao imposto de renda e R\$ 86.173 (R\$ 89.878 em junho /2018) referentes à contribuição social.

f. Créditos tributários não reconhecidos

Para fins de divulgação, foram estimados os valores de créditos tributários não reconhecidos, os quais representam em 30 de junho de 2019, R\$ 450 (R\$ 306 em 2018) relativos ao Imposto de Renda e R\$ 270 (R\$ 245 em 2018) relativos à Contribuição Social.

10. Devedores por compra de valores e bens

a. Composição do saldo

O saldo apresentado ao final do semestre refere-se ao valor financiado por venda a prazo de imóvel recebido em dação em pagamento de operação de crédito.

	Curto prazo		Longo prazo	
	2019	2018	2019	2018
Devedores por Compra de Valores e Bens.....	1.124	1.049	-	1.049
(-) Provisão para Devedores por Compra de Valores e Bens.....	(6)	(6)	-	(7)
Total	1.118	1.043	-	1.042

b. Movimentação da provisão para outros créditos de liquidação duvidosa

	2019	2018
Saldo Inicial.....	8	14
Adições / (Reversões) líquidas.....	(2)	(1)
Baixa por transferência a prejuízo.....	-	-
Total	6	13

11. Impostos e contribuições a compensar

	2019	2018
IRPJ não compensado no próprio período.....	72	2.869
CSLL não compensada no próprio período.....	-	1.216
Total	72	4.085

12. Imobilizado de uso

Em 30 de junho de 2019 o imobilizado de uso apresenta a seguinte composição, tendo sido adotada a prática contábil descrita na nota 3g:

	2019					2018				
	Taxa de depreciação % ao ano	Saldo Inicial	Saldo Aquisição	Depreciação/ Impairment	Valor líquido	Taxa de depreciação % ao ano	Saldo Inicial	Saldo Aquisição	Depreciação/ Impairment	Valor líquido
Imóveis de uso (i)	3,33	27.630	-	494	27.136	28,123	-	-	-	-
Instalações, móveis e equipamentos	10	309	7	176	140	484	-	-	-	-
Sistema de processamento de dados	20	176	-	43	133	219	-	-	-	-
Veículos	20	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	10	16	-	3	13	19	-	-	-	-
Total	-	28.131	7	716	27.422	28.845	-	-	-	-

b. Intangível

	2019					2018				
	Taxa de depreciação % ao ano	Saldo Inicial	Saldo Aquisição	Depreciação/ Impairment	Valor líquido	Taxa de depreciação % ao ano	Saldo Inicial	Saldo Aquisição	Depreciação/ Impairment	Valor líquido
Intangível	20	131	212	12	331	-	-	-	-	-
Total	-	131	212	12	331	-	-	-	-	-

c. Seguros

O Badesul, busca no mercado coberturas de seguros compatíveis com seu porte e suas operações, contratadas por montantes considerados suficientes para cobertura de eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade. Em 30/06/2019, possui os seguintes contratos de seguros:

Um seguro predial do Edifício Negrinho do Pastoreiro, contratado com a SOMPO SEGUROS contra incêndios, vendáveis, danos elétricos, raios e explosões, com cobertura no montante de R\$40.000; um contrato de seguro automóvel com a MAPFRE SEGUROS para um veículo Fiat Uno, ano 1998, Placa IH13316, de uso de serviço, cuja cobertura monta 100% tabela FINEP; um veículo de representação locado, para uso da Presidência, que já inclui no valor da locação os custos dos seus respectivos seguros.

13 Obrigações por repasse do país - Instituições oficiais

Os recursos internos para repasses representam, basicamente, captações de Instituições Oficiais (BNDES, CEF, FINAME, FINEP e FUNGETUR). Essas obrigações têm vencimentos mensais, exceto determinadas obrigações decorrentes de repasses para financiamentos rurais que têm vencimentos semestrais e anuais. Os encargos financeiros incidem sobre obrigações por repasses em 30/06/2019 são: (a) nas operações pós-fixadas de 0,50% ao ano a 7,70% ao ano, além das variações dos indexadores (TLP, TJLP, Dólar, Cesta de Moedas, SELIC, UPDRP, IPCA, IPCA-M, INPC), e, (b) nas operações pré-fixadas de 0,50% ao ano até 14,24% ao ano. Os saldos estão sumarizados da seguinte forma:

	2019				
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Total Circulante	Acima de 12 meses	Total Obrigações
BNDES	52.715	150.831	203.546	782.645	986.191
CEF	507	1.574	2.081	22.764	24.845
FINAME	53.228	178.072	231.300	650.167	881.467
FINEP	663	2.493	3.156	21.830	24.986
OUTRAS INSTITUIÇÕES	83	566	649	14.828	15.477
Total	107.196	333.536	440.732	1.492.234	1.932.966

	2018				
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Total Circulante	Acima de 12 meses	Total Obrigações
BNDES	64.277	187.171	251.448	914.022	1.165.470
CEF	472	1.468			

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - (Em Milhares de Reais)

julgou integralmente procedente pedido formulado na ação anulatória c/c declaratória, anulando-se integralmente o crédito tributário por entender que as agências de fomento devem ser equiparadas a instituições financeiras. A União apelou da decisão (reexame necessário, por se tratar de ente público) e o Badesul apresentou suas contrarrazões.

Na sessão de julgamento realizada em 06 de junho de 2019, a 2ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região proveu parcialmente o recurso da Fazenda Nacional. Prevaleceu o voto médio do Des. Sebastião Ogé Muniz, que entendeu, como defendido pela RFB, que o Badesul estava sujeito ao regime não-cumulativo de apuração do PIS/COFINS no período autuado, mas garantiu o direito à apuração de créditos calculados sobre despesas de obrigações por empréstimos e repasses. Em 24 de junho de 2019, o Badesul foi intimado do acórdão proferido em face do julgamento acima noticiado. Tendo em vista a necessidade de esclarecimento a respeito da interpretação conferida pelos julgadores sobre as receitas financeiras auferidas pelo Badesul, foram opostos embargos de declaração até o dia 1º de julho de 2019.

d. Devedores por depósitos em garantia

	2019	2018
Ações civis	244	120
Ações trabalhistas	26.850	24.583
Ações tributárias	-	26
Total	27.094	24.729

16 Provisão para garantias financeiras prestadas

Natureza	2019				Saldo Final
	Saldo Inicial	Adições	Baixas/Reversões	Saldo	
Provisão p/perda com garantias financeiras prestadas (notas 24i/27a)	7.091	3.638	(5.345)	5.384	5.384
Total	7.091	3.638	(5.345)	5.384	5.384

Natureza	2018				Saldo Final
	Saldo Inicial	Adições	Baixas/Reversões	Saldo	
Provisão p/perda com garantias financeiras prestadas (notas 24i/27a)	17.072	5.391	(9.320)	13.143	13.143
Total	17.072	5.391	(9.320)	13.143	13.143

* Este assunto está regulamentado pela Resolução CMN nº 4.512/16. Em 2017 ocorreu ajuste no plano de contas para atendimento ao disposto na Carta Circular BACEN nº 3.782, emitida em 19/09/2016, alterando a nomenclatura da rubrica e o grupo de aglutinação.

17 Passivos atuariais

	Curto prazo		Longo prazo	
	2019	2018	2019	2018
Passivo c/plano de previdência complementar (c)	-	-	5.194	7.973
Passivo c/planos de saúde (d)	-	-	2.311	2.302
Passivo c/prêmio por aposentadoria (e) (*)	863	669	906	1.606
Total	863	669	8.411	11.881

(*) Para efeito de publicação o saldo referente à provisão prêmio por aposentadoria está segregado em curto e longo prazo considerando a elegibilidade de aposentadoria pelo critério do INSS.

a. Composição do passivo atuarial líquido

As avaliações atuariais são realizadas anualmente, exceto quando ocorrem fatos relevantes que exijam esse procedimento em período intermediário. A última avaliação atuarial realizada pelo Badesul teve como data base 31/12/2018. No ano de 2019 foi aberto processo de migração facultativa para os participantes do plano de benefícios PB-I no plano FBPREV III, ambos administrados pela Fundação Banrisul de Seguridade Social (FBSS). O prazo para migração encerrou-se em 31/05/2019, sendo que a FBSS tem 60 (sessenta) dias contados dessa data para recalcular das reservas de migração e apuração dos resultados dos planos (PB-I e FBPREV III).

O plano FBPREV III é um plano de Contribuição Variável (CV), com características semelhantes aos demais planos de CV patrocinados pelo Badesul e administrados pela FBSS (FBPREV I e FBPREV II). Com a conclusão do processo de migração prevista para 31/07/2019, a consultoria atuarial do Badesul deve proceder a apuração dos patrimônios, passivos e fundos de cada plano envolvido na operação, com avaliação atuarial específica objetivando apurar e reconhecer na contabilidade do Badesul, possíveis ganhos ou perdas decorrentes do processo.

Cabe salientar que, em decorrência da característica do FBPREV III (plano de Contribuição Variável), não se espera uma elevação do risco do Badesul em relação aos participantes que optaram pela migração e, conseqüente, pelo desligamento do PB-I (Plano de Benefício Definido).

A seguir está demonstrada a composição do passivo atuarial líquido, cujas informações foram extraídas do laudo atuarial data base 31/12/2018, conforme citado anteriormente.

	Planos de Previdência Complementar					
	Plano PB1 (c.i)	Plano saldaado (c.ii)	Plano FBPREV I (c.iii)	Plano FBPREV II (c.iv)	Plano de saúde (d)	Prêmio de aposentadoria (e)
Movimentação da Posição Líquida do Balanço	31/12/2018	31/12/2018	31/12/2018	31/12/2018	31/12/2018	31/12/2018
Valor presente das obrigações atuariais	23.439	11.756	362	15.182	5.521	1.903
Valor justo dos ativos do plano	(17.920)	(10.987)	(324)	(16.001)	(3.257)	-
Efeito do Teto de Ativos e Passivos Adicionais	-	-	-	819	-	-
Valor presente das obrigações a descoberto	5.519	769	38	-	2.264	1.903
Passivo atuarial líquido	5.519	769	38	-	2.264	1.903

Premissas econômico-financeiras

(i) Para planos de previdência complementar

	Planos de previdência complementar							
	Plano PB1 (c.i)		Plano saldaado (c.ii)		Plano FBPREV I (c.iii)		Plano FBPREV II (c.iv)	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Premissas/Planos								
Taxa real de desconto atuarial	4,87%	5,30%	4,89%	5,33%	4,74%	5,18%	4,84%	5,12%
Taxa real de retorno esperado sobre os Ativos	4,87%	5,30%	4,89%	5,33%	4,74%	5,18%	4,84%	5,12%
Taxa real de crescimento salarial dos empregados ativos	3,04%	3,04%	0,00%	0,00%	6,46%	6,46%	4,28%	4,28%
Taxa real de crescimento dos benefícios do plano durante o recebimento	0,53%	0,53%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Fator de capacidade sobre os salários	98%	98%	100%	100%	98%	98%	100%	100%
Fator de capacidade sobre os benefícios	98%	98%	100%	100%	98%	98%	100%	100%
Expectativa de inflação	4,01%	3,96%	4,01%	3,96%	4,01%	3,96%	4,01%	3,96%
Tábua de mortalidade geral	AT-2000 Basic (M/F)	AT-2000 Basic (M/F)	AT-2000 Basic (M/F)	AT-2000 Basic (M/F)	AT-2000 suavizada em 10% (M/F)	AT-2000 suavizada em 10% (M/F)	AT-2000 suavizada em 10% (M/F)	AT-2000 suavizada em 10% (M/F)
Tábua de mortalidade de inválidos	RRB-83 (-50%)	RRB-83 (-50%)	RRB-83 (-50%)	RRB-83 (-50%)	RRB-83 (-50%)	RRB-83 (-50%)	RRB-83 (-50%)	RRB-83 (-50%)
Tábua de entrada em invalidez	Light Forte (-60%)	Light Forte (-60%)	Light Fraca (-60%)	Light Fraca (-60%)	Light Fraca (-60%)	Light Fraca (-60%)	Light Fraca (-60%)	Light Fraca (-60%)
Tábua de rotatividade	Experiência Willis Towers Watson Modificada + 0,10	Experiência Willis Towers Watson Modificada + 0,10	Não utilizada	Não utilizada	Experiência Willis Towers Watson Modificada + 0,01	Experiência Willis Towers Watson Modificada + 0,01	Experiência Willis Towers Watson	Experiência Willis Towers Watson
	BaC: 74% casados e y=x-3	BaC: 74% casados e y=x-3	BaC: 74% casados e y=x-3	BaC: 74% casados e y=x-3	BaC: 74% casados e y=x-3	BaC: 74% casados e y=x-3	BaC: 74% casados e y=x-3	BaC: 74% casados e y=x-3
Composição familiar	BC: Família Real	BC: Família Real	BC: Família Real	BC: Família Real	BC: Família Real	BC: Família Real	BC: Família Real	BC: Família Real

Duration

	2018	2017
Plano PB1	10,35 anos	9,88 anos
Plano Saldaado	10,75 anos	10,69 anos
Plano FBPREV I	8,28 anos	8,01 anos
Plano FBPREV II	9,87 anos	7,27 anos

* Conforme informações contidas no relatório de avaliação atuarial, para definição das taxas, o relatório considerou o IMA-B com data de referência em 31/12/2018. A premissa de inflação adotada em todos os planos de 4,01% a.a. reflete a mediana da expectativa de IPCA para o ano de 2019, conforme relatório FOCUS publicado pelo BACEN em 28/12/2018.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - (Em Milhares de Reais)

Esse é o maior risco ao qual a Instituição está exposta. O monitoramento e controle ocorrem por meio da mensuração dos níveis de exposição de risco das operações e consequentes níveis de provisionamento, além de outros indicadores.

c. Risco operacional

A Política de Gerenciamento de Risco Operacional definida, revisada periodicamente, contempla a visão gerencial e a cultura de controles, o reconhecimento e avaliação dos riscos, o controle das atividades e segregação de responsabilidades, o processo de informação e comunicação e a necessidade de monitoramento das atividades de controle.

Para apurar a parcela dos requerimentos mínimos de capital referente ao risco operacional foi adotada a Abordagem do Indicador Básico. A parcela RWA OPAD serve como fator de monitoramento deste risco.

d. Gerenciamento de capital

No Badesul o gerenciamento do capital é realizado a partir do controle e monitoramento da margem, ou da insuficiência de margem, para o Limite de Basileia, apurada a partir da identificação dos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência, Nivel I e Capital Principal, e IRRBB (risco da variação das taxas de juros dos instrumentos classificados na carteira bancária).

e. Risco de Liquidez

Internamente, as políticas de gerenciamento de riscos contemplam o plano de contingência de liquidez. Os principais fatores que influenciam a liquidez, segundo as características operacionais, são a inadimplência, as letras financeiras do tesouro

(LFT) e o fluxo de caixa, sendo estes, alvo de monitoramento permanente.

Adicionalmente, a maioria das operações de crédito do Badesul tem taxas "casadas" no ativo e no passivo decorrentes de operações de repasses.

f. Risco Socioambiental

A Resolução CMN nº 4.327, de 25 de abril de 2014, estabelece que as instituições financeiras devem implementar uma política de responsabilidade socioambiental, contemplando diretrizes sobre as ações estratégicas relacionadas à sua governança, inclusive para fins do gerenciamento do risco socioambiental. O risco socioambiental é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas para as instituições financeiras, decorrentes de danos socioambientais, que, por sua vez, são relacionados com poluição, danos à saúde humana, segurança, impactos em comunidades e ameaças à biodiversidade.

27. Compromissos e responsabilidades

a. Obrigações por garantias prestadas

O Badesul concedeu cartas de fiança a mutuários do BNDES e da FINEP, cujos contratos preveem encargos financeiros e contam com garantias constituídas pelos beneficiários, cujo saldo em 30 de junho de 2019 está representado por R\$ 18.226 (R\$ 36.081 em 2018).

b. Gestão de recursos de fundos de desenvolvimento do Estado do RS

O Badesul, por determinação legal (leis e decretos estaduais), executa a gestão financeira de recursos de diversos Fundos de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul. Na qualidade de gestora e mandatária desses recursos, conforme

estabelecido na legislação de cada Fundo e nos respectivos convênios operacionais, a responsabilidade do Badesul está limitada tão-somente à correta aplicação dos recursos de acordo com os respectivos normativos, correndo o risco de crédito das operações inteiramente por conta do Estado do Rio Grande do Sul.

Os valores correspondentes aos recursos administrados são controlados em contas de compensação, que em 30 de junho de 2019, representam o montante de R\$ 2.833.930 (R\$ 2.970.558 em 2018). Em contrapartida à prestação dos serviços de administração dos recursos o Badesul é remunerado de acordo com critérios estabelecidos nos respectivos convênios operacionais formalizados com as Secretarias de Estado às quais os Fundos estão vinculados. A remuneração, a título de taxa de administração dos Fundos, representou no semestre R\$ 3.704 (R\$ 4.721 em 2018).

28. Outras Informações

A Lei Estadual nº 11.916, de 02 de junho de 2003, alterada pela Lei Estadual nº 13.708, de 06 de abril de 2011, estabelece autorização ao Poder Executivo para destinar ao aumento do capital social do Badesul o montante equivalente a 30% dos retornos das operações de financiamento do FUNDOPEM. Em 25 de setembro de 2015 foi publicada a Lei Estadual nº 14.744, a qual promoveu alteração na redação da Lei nº 11.916, antes referida, suprimindo o dispositivo autorizativo que havia para a realização de aumentos do capital social do Badesul mediante a utilização dos recursos dos retornos do FUNDOPEM. Resta pendente de capitalização o montante de R\$ 26.735 (valor nominal) apurado antes da modificação e publicação da referida lei, que corresponde ao período compreendido entre o último aumento de capital realizado até o mês de setembro de 2015.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do CONSELHO FISCAL BADESUL DESENVOLVIMENTO S.A. - AGÊNCIA DE FOMENTO/RS, no cumprimento de suas atribuições legais e estatutárias, examinaram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao primeiro semestre de 2019, compreendendo as Notas Explicativas, Balanço Patrimonial, Demonstrações de Resultado, das Mutações Patrimoniais e dos Fluxos de Caixa, todas comparativas ao primeiro semestre de 2018. Da análise procedida, bem como do acompanhamento efetuado ao longo do período e das considerações apresentadas pelas áreas técnicas e pela Auditoria Interna e do Relatório dos Auditores Externos, o Conselho Fiscal entende que as demonstrações financeiras refletem, adequadamente, a posição patrimonial e econômico-financeira da empresa em 30 de junho de 2019.

Porto Alegre, 15 de agosto de 2019.

Ana Beatriz Maia Rodrigues de Barros

Conselheira Fiscal
Efetiva

Antônio Guido Classmann

Conselheiro Fiscal
Efetivo

Claudia Redin Patel

Conselheira Fiscal
Efetiva

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração BADESUL DESENVOLVIMENTO S.A. - AGÊNCIA DE FOMENTO/RS, com base no Relatório dos Auditores Independentes - Maciel Auditores S/S - e nos esclarecimentos prestados pela Diretoria, aprovou as Demonstrações Financeiras elaboradas em 08/08/2019, compreendendo: Relatório da Administração, Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa e as Notas Explicativas referentes ao primeiro semestre de 2019, todas comparativas com o primeiro semestre de 2018.

Porto Alegre, 15 de agosto de 2019.

Marcino Fernandes Rodrigues Junior

Presidente do Conselho

Luiz Fernando Rodriguez Junior

Vice-Presidente do Conselho

Elias Graziottin Rigon

Conselheiro

Ricardo Englert

Conselheiro

DIRETORIA EXECUTIVA

Jeanette Halmenschlager Lontra

Diretora Presidente, acumulando a Diretoria de Operações

José Claudio Silva dos Santos

Diretor Vice-Presidente e Administrativo

Kalil Sehbe Neto

Diretor Financeiro
Responsável pela Área Contábil

Neiva Ferreira dos Santos

Contadora CRC/RS 68534/O-3

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos

Acionistas e aos administradores do

BADESUL DESENVOLVIMENTO S.A. - AGÊNCIA DE FOMENTO/RS
Porto Alegre - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Badesul Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Badesul Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS em 30 de junho de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa

Conforme mencionado e demonstrado nas notas explicativas n.º 3 ("d" e "e") e 6, as operações de crédito são classificadas em níveis de risco de acordo com o julgamento da Administração, considerando a conjuntura econômica, os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, e a provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução n.º 2.682 do Conselho Monetário Nacional (CMN). Devido à relevância das operações de crédito e ao grau de julgamento relacionado à definição dos níveis de risco de crédito e do cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa, consideramos este assunto significativo em nossa auditoria.

Como nossa auditoria endereçou esse assunto

Availamos o desenho dos controles internos julgados como chave e relacionados aos processos internos de aprovação, registro e classificação das operações quanto ao seu nível de risco. Avaliamos a razoabilidade dos julgamentos utilizados pela Administração do Badesul na definição das principais premissas utilizadas na atribuição dos níveis de risco de crédito para o cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa e testamos a exatidão aritmética desse cálculo. Avaliamos, com base em amostragem, se o Badesul atendeu aos requisitos mínimos estabelecidos pela Resolução n.º 2.682/1999 do CMN, relacionados a apuração da provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa e avaliamos as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos descritos acima resumidos, consideramos aceitável o nível de provisionamento para créditos de liquidação duvidosa e as divulgações no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Projeção de resultados para a realização de ativos fiscais diferidos

Conforme mencionado nas notas explicativas n.º 3 ("k") e 9, o Badesul possui ativos fiscais diferidos (créditos tributários) provenientes de diferenças temporárias, cuja realização depende de apuração de lucros tributáveis futuros e que estão suportados por projeção de resultados elaborada pela Administração e aprovado por seu Conselho de Administração. Para elaboração da projeção de resultados, a Administração adota premissas baseadas no cenário macroeconômico do Brasil, suas próprias estratégias, seu desempenho atual e passado, entre outras informações. Devido às incertezas e julgamentos envolvidos na determinação das premissas utilizadas na projeção dos resultados que suportam a manutenção desse ativo e pelo impacto que eventuais alterações nessas premissas poderiam gerar nas demonstrações contábeis, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

Como auditoria endereçou esse assunto

Com o auxílio de nossos especialistas em tributos, foram realizados procedimentos de acordo com a regulamentação do Conselho Monetário e do Banco Central do Brasil, em vigor, quanto a elaboração do estudo técnico que dê suporte ao registro contábil de créditos tributários, conforme o contexto regulatório aplicável a esta matéria, bem como a contextualização, análises, premissas e outros dados, os quais compõem as informações exigidas pelo Órgão regulador e fiscalizador, estando as mesmas substanciadas na Resolução CMN n.º 3.509/2002 e na Circular Bacen n.º 3.171/2002. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitáveis as projeções de resultados, as quais são base para o registro dos ativos fiscais diferidos, e as divulgações efetuadas no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações contábeis para o período findo em 30 de junho de 2018, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 24 de agosto de 2018, sem modificação na opinião sobre essas demonstrações.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas.
- Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 15 de agosto de 2019.

RUSSELL BEDFORD RASIL
Maciel Auditores S/S
2 CRC RS 5.460/O-0 "T" SP

Luciano Gomes dos Santos
Contador 1 CRC RS 59.628/O-2
Sócio Responsável Técnico